



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

CONVULSÃO CONTEMPORÂNEA: A ASCENSÃO DAS DIREITAS NO BRASIL DA ÚLTIMA DÉCADA (2014-2024)

FILLIPE PERANTONI MARTINS¹

RESUMO

O caldo político que vivemos na última década é assustador quando nos atentamos para a força com que as direitas entraram na cena política. Aqui tentaremos remontar elementos históricos e políticos a partir de um referencial gramsciano, especialmente quando a extrema-direita elege um presidente e dirige um dos principais movimentos de massa no país hoje, o bolsonarismo.

Palavras-chave: Direitas; Crise Orgânica; Aparelhos Privados de Hegemonia; e Hegemonia.

RESUMEN

El clima político que hemos experimentado en la última década es aterrador si consideramos la fuerza con la que la derecha entró en la escena política. Aquí intentaremos reunir elementos históricos y políticos desde un marco Gramsciano, especialmente cuando la extrema derecha elige un presidente y dirige uno de los principales movimientos de masas del país hoy, el bolsonarismo.

Palabras clave: Derechas; Crisis Orgánica; Aparato Privado de Hegemonía; y Hegemonía.

Introdução

Escrever sobre a conjuntura é sempre um exercício arriscado, visto o limite que todas as análises possuem no momento exato em que ocorrem. Esse risco se potencializa quando elencamos a última década brasileira (2014-2024), período que refletiu os desdobramentos do

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

histórico “Junho de 2013”, a crise dos governos petistas (2014-2015), o golpe institucional (2016), o ultraneoliberalismo de Temer (2016-2018), a ascensão da extrema-direita, cujo auge foi a eleição de Jair Bolsonaro para presidência (2019-2022) e, por fim, a retomada democrática com a viabilização da eleição de Lula para a presidência (2023).

Um panorama histórico denso, que iremos apresentar no limite das páginas que este trabalho permite, com o objetivo de analisar o fenômeno da ascensão das direitas no Brasil neste período.

1. Do caos a lama: aportes sobre o Brasil recente

Se houve um lado que pode-se dizer vitorioso na última década brasileira foi a direita. Mesmo com a derrota em 2022 de Jair Bolsonaro nas eleições, as direitas, enquanto grupos políticos, conseguiram polarizar a sociedade e capitanear milhões de adeptos.

Entretanto, antes de apresentar alguns elementos dos desdobramentos de “Junho de 2013”, é necessário olhar para trás, especialmente para 2008, quando o capitalismo mundial passou por uma nova crise. No Brasil, o impacto foi sentido com uma significativa queda da taxa de crescimento econômico em 2009, mas parcialmente contornado através da parceria com a China, potência que se tornou o principal parceiro econômico do país no século XXI.

Até então a política econômica nacional era conduzida potencializando o mercado interno, considerando o aumento real do salário mínimo, ampliação das políticas sociais, oferta de crédito para as famílias e alguns incentivos para setores estratégicos do capital.

No entanto, é importante demarcar que não temos acordo com a bibliografia, especialmente petista, de que até junho de 2013 a conjuntura brasileira era de justiça social, prosperidade e sem maiores contradições.

Aqui, como nos ensinou Marx, a história se repete como farsa, pois é sabidamente impossível garantir uma convivência harmônica entre classes sociais antagônicas, fórmula insistentemente defendida pelo campo político que dirigia o Estado brasileiro. Com a crise de 2008, a conciliação da proposta petista ruiu, já que ficou inviável manter os índices de acumulação para as principais frações do capital e ainda possibilitar acessos decentes para a classe trabalhadora. No esteio da crise, “os indicadores econômicos começaram a apresentar uma trajetória descendente, indicando que os impactos da crise econômica se fariam sentir de forma mais profunda no período seguinte” (MATTOS, 2020, p.147-148).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Se a crise econômica tem seu ápice no Brasil em 2014, impactando fortemente na base de sustentação do governo Dilma, a verdade é que em junho de 2013, já vivendo os sintomas da crise, múltiplas mobilizações, motivadas inicialmente pelo aumento das passagens de ônibus, se potencializaram e canalizaram a insatisfação de milhões de brasileiros e brasileiras que ocuparam as ruas em todo o país. O histórico ano de 2013, traz consigo o estopim para um desgaste político que já vinha ocorrendo anteriormente.

Buscando explicações na formação social brasileira, é importante recuperar que a hegemonia da burguesia nacional adveio através de uma “*revolução passiva*”, categoria de Gramsci tão bem manuseada por Carlos Nelson Coutinho nos estudos sobre a realidade brasileira, que nos mostrou que sem a participação ativa das classes subalternas, o caso brasileiro se configurou como a hegemonia de uma fração da burguesia sobre as demais, só que mediada pelo Estado². No que também ficou conhecido como “*revolução passiva à brasileira*”, a dinâmica implicava na realização de reformas promovidas pelo Estado para o desenvolvimento pleno do capitalismo nacional.

No ciclo dos governos petistas, à fração hegemônica da burguesia dominante jamais foi colocada em ameaça a estabilidade da ordem capitalista. Cientes da polêmica que existe em qualquer caracterização sobre estes anos, seja com a direita ou mesmo na própria esquerda, não iremos desenvolver esse debate, já que não é o eixo do nosso estudo. Todavia, para marcar nosso lugar nessa questão, acerca da trajetória do PT, da sua fundação até a chegada de Lula à presidência da república, acreditamos ter ocorrido o que Gramsci chamou de “*transformismo*”³.

Se nas palavras do marxista sardo, considerando o caso Italiano, “*transformismo*” era definido como: “*absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos*” (GRAMSCI, CC 19 [1934-1935], § 24, V. 5, p. 63), o que vimos nos primeiros 13 anos de petismo foi uma passivização dos movimentos sociais, o que permitiu uma governabilidade conciliadora, atendendo a alguns anseios das classes subalternas, sem, contudo, preterir os interesses dos que sempre dominaram. O elemento novo era que havia uma

² Importante destacar que o Estado sempre se faz presente na hegemonia burguesa, sendo, inclusive, seu principal instrumento político de dominação. O que pode variar são seus métodos e alcance dentro das instâncias da sociedade civil. Sobre a teoria do Estado, nosso entendimento parte das contribuições de Gramsci, que o entende como “Estado Integral” ou “Estado ampliado”.

³ Uma referência que acreditamos ser precisa sobre o transformismo petista é o trabalho de Mauro Iasi, “*As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*”. São Paulo: Expressão Popular, 2006.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

incorporação passiva de segmentos progressistas, salvo raríssimas exceções, o que fez, consequentemente, que as bases sociais do Estado fossem ampliadas.

Acreditamos que:

[...] entre 2003-2013, o PT conseguiu, por meio da coadunação de contrarreformas, redução do desemprego, aumento do consumo popular e políticas sociais compensatórias, garantir o sono tranquilo da burguesia brasileira. Os chefes petistas deram um golpe de mestre nos partidos políticos que essa mesma burguesia criara. Agradando economicamente à classe dominante brasileira, o petismo a minou politicamente, fazendo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), durante uma década, uma oposição sem programa e sem sentido. Brincando com as palavras de Marx, pode-se dizer que triste foi o partido que, na oposição, viu seu programa ser implementado pelo adversário. (DEMIER, 2019, p. 39-40)

A crise da política de conciliação petista, parece não ter se atentado de que, à luz da história, sabemos que é impossível um projeto político que concilie classes sociais antagônicas. A viabilidade é curta e implica, quando começa a ruir, numa incapacidade de que as classes dominantes mantenham o consenso e a legitimidade ante as classes dominadas, portanto, gerando conflitos entre representantes e representados, já que numa crise a escassez chega muito mais forte para as classes trabalhadoras. Seria uma crise de autoridade ou crise de hegemonia, já que

[...] os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. (GRAMSCI, CC 13 [1932-1934], § 23, V. 3, p. 60).

Tivemos a oportunidade de vivenciar na prática as reflexões do comunista sardo, uma vez que, após as ruas serem tomadas em 2013, escancarou-se a dissintonia entre governantes e governados.

O argumento hoje, quase irretorquível, da existência de uma *onda conservadora* no país ganhou força empírica com a divulgação dos resultados das eleições proporcionais em 2014 e, sobretudo, a partir das massivas manifestações que, iniciadas em 15 de março de 2015, se estenderam até a derrubada de Dilma, em agosto do ano seguinte. A direita, voltando às ruas depois de décadas, demonstrou o inegável crescimento junto aos setores médios da sociedade brasileira do ideário reacionário, o que coaduna aspectos ultraliberais com outros tradicionalistas. (DEMIER, 2019, p. 40)

O petismo, ao invés de buscar se reconciliar com suas bases populares de sustentação política, preferiu embrenhar-se ainda mais nas alianças parlamentares, tática que deu certo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

durante quase todo ciclo petista, acreditando que ali teria o apoio necessário para lidar com a crise política aberta. Porém, temendo uma queda na acumulação de capitais na continuidade da proposta de conciliação, as classes dominantes não hesitaram em retirar o petismo da gestão do estado, expondo uma crise na relação do PT com as classes dominantes, e que agora se acumulava com o desgaste junto às classes trabalhadoras. O desenvolver dos fatos nos mostrou que a partir de 2013 o PT entrou numa forte crise política, recuperando fôlego somente alguns anos depois com a liberdade da principal figura do partido, Luiz Ignácio Lula da Silva⁴.

Embora sem uma direção unitária e com a pauta bastante fragmentada, as chamadas “Jornadas de Junho” expressaram lutas históricas como a necessidade de melhorias na políticas públicas de saúde, educação, transporte e moradia, mas também possibilitaram a articulação de um setor organizado da direita que tinha a pauta de combate à corrupção.

Ao analisar o perfil dos manifestantes desses atos, Mattos (2020) percebe uma composição heterogênea, sendo maioria as pessoas cuja renda seria de 0 a 5 salários mínimos e com perfil mais jovem. Segundo Mattos (2020, p.149):

Indo um pouco além da aparência dos acontecimentos, podemos perceber que, apesar de terem sido palco para todo tipo de propostas, inclusive algumas de teor claramente reacionário, aquelas manifestações apresentaram grandes demandas que permaneceram em pauta ao longo do processo – pela redução do preço e melhoria da qualidade do transporte coletivo, contra a violência policial, contra as corporações empresariais de mídia, em defesa da saúde e da educação – e possuíam um claro perfil de classe.

Na heterogeneidade do que houve, podemos destacar que durante junho de 2013 os movimentos de ocupação urbana, como o MTST, realizaram diversas ocupações, mobilizando milhares de famílias. Também no esfera sindical e político partidária, a considerar a hostilização ocorrida dentro dos atos, é importante destacar que o ano de 2012 foi o de maior número de greves no país desde 1996. Segundo Mattos (2020, p. 155): “Em 2012, a pesquisa de greves do Dieese encontrou 879 ocorrências, que saltaram para 2.057 em 2013, 2.085 em 2014, 1.64 em 2015, 2.114 em 2016, 1.568 em 2017 e 1.453 em 2018”.

Outro momento importante ocorreu nos anos de 2015 e 2016, quando estudantes de todo o país iniciaram um movimento de ocupação de escolas contra o fechamento proposto por alguns

⁴ Embora existam diversas análises sobre o caráter político da prisão de Lula e seus desdobramentos na conjuntura, acreditamos que uma boa síntese está no texto “A conciliação encarcerada: os socialistas e a liberdade de Lula”, de Felipe Demier, em livro organizado também por ele, Valério Arcary e Cid Benjamin, com o título: “O ovo da serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro”, Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

governo de estado. Foram mais de 1.500 escolas ocupadas, majoritariamente, por estudantes de ensino médio, o que gerou um grande debate público sobre a educação.

Ainda sobre “Junho de 2013”, é preciso demarcar outras perspectiva da sua heterogeneidade, a que predomina entre a intelectualidade, sobretudo, petista. Segundo Mattos (2020, p.157-158):

No discurso sobre as jornadas de 2013 elaborado pelos dirigentes petistas, aquelas manifestações teriam significado o primeiro passo para a chegada de Bolsonaro ao governo, porque representariam, fundamentalmente, o despertar da direita golpista, que teria comandado as ações naqueles atos, numa linha de continuidade com as manifestações pela derrubada de Dilma em 2015 e 2016. Acreditamos que [...] embora seja correto apontar a emergência de forças organizadas de direita a partir de certo momento das manifestações, as Jornadas de Junho, num balanço do processo como um todo, tiveram um outro sentido de classe e, apesar da sua diversidade, não se colocam em linha de continuidade direta com as manifestações pelo impeachment.

Houve um profundo desgaste do governo PT com a base social que o apoiava, especialmente os setores das classes trabalhadoras, fato que implicou de maneira determinante na repulsa que boa parte da população passou a ter com os termos “esquerda” e “socialismo”, vinculando ambos ao Partido dos Trabalhadores, como também sinalizou Mattos (2020).

Dessa forma, com o os abalos sofridos pelo governo em junho de 2013, juntamente com a crise econômica de 2014, a hegemonia política ficou muito mais difícil para o PT e Dilma Rouseff, que mesmo presidenta reeleita, já não gozou do quantitativo eleitoral que o PT vinha acumulando nos últimos anos, marcando sua reeleição por uma pequena diferença no segundo turno sobre o candidato Aécio Neves do PSDB.

Para o seu segundo mandato, houve um discurso inicial com acenos aos interesses populares, entretanto, na condução política, se aproximou dos anseios das classes dominantes, tentando realizar uma agenda econômica conveniente à burguesia.

No entanto, mesmo cedendo aos setores mais poderosos do país, as principais frações burguesas entenderam que o petismo já não era mais capaz de assegurar a conciliação de outrora, sem conseguir conter às pressões populares, bem como realizar uma agenda liberal mais agressiva no âmbito econômico, o que exigiria contenção nos gastos públicos e ampla retirada de direitos.

2. Crise orgânica e a ascensão das direitas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O ano de 2015 colocou no horizonte petista o pior dos seus enfrentamentos até então, considerando o desgaste de 2013 e a polarização das eleições em 2014. Foi criada uma imagem popular que associava corrupção ao petismo, à esquerda e, especialmente, à presidenta Dilma Roussef, desencadeando diversos atos contra à corrupção e pelo seu impeachment, mas também apresentando um elemento novo na conjuntura, que era a participação de grupos conservadores e reacionários organizados nas ruas.

Havia agora uma “nova direita” que organizava atos de ruas com massiva participação popular, apoio de políticos da oposição e simpatia das forças de segurança, historicamente marcadas pela violenta repressão que destilavam nos atos de ruas convocados pela esquerda.

Acerca do perfil dessas manifestações de 2015, era bem diferente das de 2013:

Enquanto as Jornadas de Junho mobilizaram, na média, jovens com ensino médio ou universitário incompleto e rendimentos baixos, as micaretas da “nova direita” atraíram pessoas mais velhas, com ensino superior e rendimentos de médios a elevados. Ou seja, a base de apoio de massas ao movimento que levou à derrubada do governo PT era basicamente pequeno-burguesa e de classe média, em seus estratos melhor remunerados. (MATTOS, 2020, p.160)

Outro setor profundamente vinculado e influenciado pelas frações dominantes da burguesia nacional e internacional, cuja participação foi determinante em todo o contexto que antecedeu o impeachment foi o judicial-policial. Na cruzada contra à corrupção, as investigações se mostraram parciais e somente vinculadas ao Partido dos Trabalhados, esmiuçando as relações que o petismo possuía com alguns dos principais setores do grande capital, como a Odebrecht na construção civil, assim como em áreas estratégicas e muito lucrativas dentre a empresas nacionais, como a Petrobrás.

Se os processos jurídicos sangraram o governo e o PT, nada se comparou à ofensiva ideológica que ambos foram acometidos, quando não só governo e PT ficaram relacionados à corrupção no imaginário popular, mas toda a esquerda e posições ideológicas como o socialismo/comunismo. O período marcou a cor vermelha como a cor da corrupção e, para Mattos (2020, p.161), “a Operação Lava Jato – versão brasileira da Operação Mãos Limpas italiana – fomentou o caldo de cultura antipetista de direita, que acabou sendo fundamental para a onda de mobilizações pelo impedimento da presidente Dilma Rousseff”.

Pode-se dizer que a partir de 2013, toda a convulsão social proveniente das ruas marcou o início do fim da hegemonia petista, possibilitando outros deslocamentos sociais e políticos para a construção de um novo ciclo hegemônico, consolidado no bizarro que acometeu o país em 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Crise de autoridade ou *crise de hegemonia*, nos termos gramscianos, processo sedimentado no fatídico dia 31 de agosto de 2016, quando, num dos episódios mais sujos da histórica recente do país, se encaminhou o impedimento do mandato da então presidenta Dilma Rousseff. Acreditamos ter ali se configurando um golpe de novo tipo⁵, com o qual temos acordo com a sistematização de Demier (2017, p.95): “como se sabe, o golpe no governo não foi um golpe no regime vigente, na medida em que a eliminação do primeiro não levou à – ou não se deu por meio da – eliminação do segundo”, demarcando ainda que a realidade brasileira, cada vez mais imune às pressões populares:

[...] se mostrou capaz de, por meio dos seus próprios procedimentos constitutivos, substituir peças políticas incômodas quando necessário para o capital sem ter que alterar a si mesma, isto é, sem ter que se auto eliminar, como antes era o padrão clássico dos golpes de Estado. (DEMIER, 2017, p. 95).

Sob frágeis argumentos contábeis, o Congresso Nacional, então presidido por uma figura que veio a ser presa por corrupção meses depois, vota pelo impedimento da presidenta e abre caminho para seu vice, Michel Temer (PMDB). Na insignificância que esta figura merece nas páginas da história, seu legado foi ter possibilitado uma agenda de austeridade máxima, alterando legislações trabalhistas, congelando investimentos públicos em saúde e educação por 20 anos e iniciando discussões para uma contrarreforma da previdência social.

No anseio da assegurar os interesses das classes dominantes, Temer aplicou uma modalidade radicalizada do liberalismo na gestão do Estado, muito embora essa radicalização não seja nova na história, haja visto as catastróficas políticas econômicas do governo Pinochet no Chile (1970), Carlos Menen na Argentina (1990), além dos governos europeus de Grécia e Portugal na década de 2010.

Para Mattos (2020, p.161), o governo de Michel Temer:

[...] pautou-se por tentar levar ao extremo a pauta mais agressiva do grande capital, voltada para a recuperação das taxas de lucro, centralmente através da redução do custo da força de trabalho e da transferência do fundo público para o setor privado. Operou sob um

⁵ Aqui também temos acordo com as elucidações de Braz (2017, p.89): “Não achamos que isso se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos ‘inconvenientes’ não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao ‘republicanismo’ e, claro, à democracia”.

aparente paradoxo, por tratar-se de um governo sem votos (e, por isso, sem compromissos de “prestar contas” aos eleitores) e sem preocupações com os indicadores de popularidade.

Além de todos os malefícios políticos no âmbito governamental, coube também a Michel Temer, sobretudo pela sua impopularidade, alimentar um sentimento de esgotamento com a “velha política”, sendo ele essa representação, já que fez parte da política desde o início da Nova República, compondo com o PT de Lula e o PSDB de Fernando Henrique Cardoso.

O somatório destes fatores, em que pese o crescimento do desemprego, aumento da fome, precarização dos serviços públicos, sínteses da repercussão negativa da agenda de austeridade imposta, mas ainda as denúncias de corrupção contra o governo, trouxe um contexto muito difícil para que os partidos tradicionais, ou os mais conhecidos pela população, pudessem novamente se colocar no pleito eleitoral em 2018.

Neste ano de 2018, as pesquisas eleitorais destacavam, apesar do desgaste petista, Lula como o favorito. Todavia, considerando a possibilidade de vitória do ex-presidente, uma manobra jurídica com os setores que conduziam a Operação Lava Jato, articularam uma condenação em tempo recorde do então favorito às eleições, mesmo que com uma acusação de corrupção que posteriormente se mostrou equivocada.

Com a principal liderança petista fora do pleito, uma outra figura entra em cena, destacada a partir do impedimento de 2016, quando em sua declaração de voto exaltou um torturador da ditadura, mas que ganhou notoriedade popular nas mobilizações anticorrupção e contra o PT. Se colocando como um *outsider*, apesar das três décadas como deputado federal e figurando diversos partidos com envolvimento em corrupção, partidos que inclusive foram base de apoio para o PT, Jair Messias Bolsonaro foi o escolhido para governar o país de 2019 a 2022.

Segundo Mattos (2020, p.163): “[...] a chegada de Bolsonaro ao poder ocorreu em uma combinação de crises no plano econômico, político e social, na qual a legitimidade de um determinado padrão de ‘gestão’ da dominação de classes se viu profundamente abalada”. Considerando que a *crise de hegemonia* é, sobretudo, uma crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural das classes dirigentes, o que vimos foi uma perda da capacidade dirigente dos partidos tradicionais brasileiros, que culminou em crise e protagonismo de muitos outros partidos. Partidos que se alternaram no poder desde a redemocratização, como PSDB e PT, enfrentaram dificuldades internas e externas, seja nas disputas entre suas próprias correntes, mas principalmente uma resistência popular, como demonstraram as eleições de 2018, quando houve um crescimento avassalador da extrema-direita.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A partir do momento em que os principais partidos e dirigentes entram em crise, Gramsci entende que gera “um evento excepcional, uma fissura histórica que modifica a ação política e o modo de entender a relação hegemônica” (FILIPPINI, p.162, 2017). Para o sardo, esta crise de autoridade demarca uma mudança estrutural dos tempos, já que “com a entrada das massas na esfera política, não é mais possível manter a hegemonia por meio de um grupo de intelectuais essencialmente autorreferenciados que se mantém distantes da vida prática” (FILIPPINI, p. 162, 2017).

Contudo, se para o italiano o caminhar da crise pode culminar num excepcional momento para a classe operária⁶, o caso brasileiro parece ter se desenrolado para uma das mais graves possibilidades políticas: “Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais e carismáticos” (GRAMSCI, CC 13 [1932-1934], § 23, V. 3, 2000, p. 60).

Da instabilidade política, ao invés de surgir “um novo intelectual orgânico da classe operária”, surgiram “potências obscuras representadas por homens providenciais e carismáticos”. Nesta perfeita síntese das possibilidades, Gramsci parece estar com os olhos sobre o nosso Brasil, especificamente olhando para Bolsonaro e o bolsonarismo.

Na busca do entendimento sobre como as direitas se fortaleceram a partir de 2013, estamos convencidos de que a *crise orgânica*, algo ainda mais profundo do que a *crise de hegemonia* iniciada em 2013, foi determinante. A conceituação de crise orgânica surge quando Gramsci analisa a crise de 1929, relacionando a ascensão dos movimentos nazifascistas europeus com os aspectos gerais da crise. Entretanto, deve-se ressaltar que, “como se sabe, Gramsci não estabelece uma relação unívoca entre a crise política e a crise econômica. Ou seja, a crise política pode muito bem preceder a crise econômica” (BIANCHI, 2017, p.34), da mesma forma que seria possível uma crise econômica sem nenhuma ressonância considerável no campo da política, que demonstra que a “relação entre crise econômica e crise política não é direta ou exclusiva para Gramsci” (BIANCHI, 2017, p.34).

O que Gramsci chama atenção, e entendemos ser de muito valor nos nossos estudos, é o momento em que *crise de hegemonia* e crise econômica se coincidem na história, impactando

⁶ Para Gramsci (CC 3 [1930], § 34, V. 1, 2000, p. 184), “se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditando mais no que antes acreditavam, etc.”, poderia o novo intelectual orgânico da classe operária assumir esta tarefa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

diretamente na conformação de uma nova hegemonia. Acreditamos que essa pode ser uma chave analítica importante nas reflexões sobre os aspectos que possibilitaram tamanho crescimento das direitas no país na última década e, conseqüentemente, o assombroso aumento dos aparelhos privados de hegemonia⁷ que estas direitas se utilizam na busca pela hegemonia política.

3. A fábrica de formação para o mal: um mosaico dos aparelhos privados de hegemonia das direitas no Brasil de hoje

Embora não tenham nascido na última década, e Gramsci possui vasta bibliografia sobre o conceito, os aparelhos privados de hegemonia das direitas tiveram o alcance amplificado a partir de 2013, especialmente pelo contexto de *crise orgânica*. Longe de ser uma ação espontânea, foi:

[...] uma ofensiva ideológica alicerçada em vasta rede de aparelhos privados de hegemonia, que incluem desde páginas do Facebook até organizações interempresariais, envolvendo vultuosos recursos e que conta com sólida estrutura organizativa. São trincheiras da guerra de posição de que fala Gramsci, sistemática e meticulosamente constituída pelos grupos dominantes e que não encontraram no campo das classes trabalhadoras estruturas organizativas de semelhante dimensão – especialmente porque muitas das trincheiras construídas pelas classes trabalhadoras na década de 1980 (como a Central Única dos Trabalhadores) deixaram de ser instrumentos de luta em virtude do processo transformista pelo qual atravessou o Partido dos Trabalhadores, incidindo nas estruturas por ele comandadas. (CALIL, 2023, p.132)

Calil (2023) aponta que existe responsabilidade do petismo na conjuntura de ascensão das direitas, pois durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores, as direções dos subalternos foram cooptadas e os movimentos sociais críticos transformados em sabotadores do sistema. O impacto disso no âmbito organizativo e ideológico foi o da desqualificação das organizações que possuíam um outro projeto hegemônico, assim como se deu na tentativa de transformar as “Jornadas de Junho” em um movimento reacionário, desconsiderando, como já apresentamos, o que se teve de progressivo na explosão dos atos de 2013.

Para o crescimento das direitas enquanto força política relevante, especialmente a extrema-direita, foi necessário um movimento anterior, impulsionado pelos aparelhos privados de hegemonia, não sendo possível entender o atual momento como uma ação espontânea das

⁷ Segundo Coutinho (2000, p. 34), “o que Gramsci chama de ‘trama ‘privada’ do Estado’ e que, mais tarde, chamará de ‘sociedade civil’, [...] estão situados os ‘aparelhos privados de hegemonia’” que seriam “os organismos de participação voluntária, baseados no consenso e não na coerção” (2000, p.34). Nesse sentido, seriam os “aparelhos privados de hegemonia” as peças motrizes de toda a engrenagem da sociedade civil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

massas. Analisando estes aparelhos privados de hegemonia, destacamos o estudo de Casimiro (2018), que analisou os mais destacados “difusores ideológicos” das direitas entre 1980 e 2014. Embora existam algumas diferenças entre eles, a confluência é muito maior, pois o limite entre direita e extrema-direita é bastante tênue, especialmente quando percebemos que os mesmos grupos econômicos financiam boa parte destas organizações.

Com base neste estudo, é possível afirmar que, embora tenham ações em outros estados, a ampla maioria tem sede no eixo Rio – São Paulo. Seus financiadores são importantes grupos econômicos e de diversos setores, como comunicação, bancos, agronegócio, alimentação, indústria, energia, etc. Dentre as principais instituições, destacamos o Instituto Ethos, criado em 1998 e com ações até os dias de hoje, com sede em São Paulo e missão institucional de se articular com ONG’s, difundir ideologia, e gerir fundos públicos para gestão privada; o Lide (Grupo de Líderes Empresariais), criado em 2003 em São Paulo, cuja missão é uma postura organizativa e pragmática do empresariado, possuindo figuras como João Dória e Jorge Gerdau; e ainda, num cenário mais recente, o MBL, criado em 2014 após as mobilizações de junho de 2013, numa perspectiva de ação doutrinária e mobilização política, com financiamento advindo de instituições internacionais.

Casimiro (2018) analisa diversos outros aparelhos privados de hegemonia das direitas adentrando em seus relatórios, financiadores, ações públicas e articulações. Sem dúvida um material fundamental para quem busca entender as organizações das direitas nos dias de hoje.

Apontamentos (in) conclusivos

No caminho de uma (in) conclusão, acreditamos ser necessário estudar alguns aparelhos privados de hegemonia das direitas contemporâneos, já que o estudo de Casimiro (2018) foi até 2014. Desde então, muitos protagonistas entraram na cena política e entendemos ser imprescindível seguir acompanhando as organizações das direitas, pois somente assim teremos mais elementos para disputar a hegemonia.

Vamos apontar algumas que imaginamos serem fundamentais nas próximas pesquisas, sendo elas: o *RenovaBR*, criado em 2017, e se intitulando com uma escola pluripartidária, sem fins lucrativos, formadora de lideranças políticas e públicas. Em seu site oficial, afirmam terem formado mais de 2 mil lideranças políticas e eleito 176 delas, sendo que mais de 75 mil pessoas demonstraram interesse em participar das formações. Com apoiadores como Luciano Huck e

Jorge Lemann, o *RenovaBR* se coloca como uma importante *think tank* contemporânea e precisa de uma análise mais próxima.

Outra importante frente que hoje participa ativamente da vida política nacional e detém importantes aparelhos privados de hegemonia é o meio evangélico. Ramificado em múltiplas frentes de atuação, foi fundamental em praticamente todas as eleições pós democratização, com especial influência nos mandatos petistas e, atualmente, fortemente vinculado aos candidatos da extrema-direita.

Com especial destaque para a *Assembleia de Deus* e a *Igreja Universal do Reino de Deus*, estas organizações se mostram muito além de serem simplesmente religiosas, possuindo potentes meios de comunicação, que vão desde as mídias sociais, grupos em aplicativos de conversa a emissoras de rádio e televisão, estas instituições tem apostado alto nas formações, especialmente para as forças armadas. No congresso nacional, uma agenda conservadora nos costumes e liberal na economia, articulando uma bancada de bastante relevância, a chamada “bancada da bíblia”. Sem dúvida é muito importante analisar suas teias de influência e negócios para compreender suas articulações políticas atuais.

Por fim, e poderíamos destacar muitas outras organizações, mas por conta do limite metodológico apontaremos somente mais uma, é o *Brasil Paralelo*. Informando em sua página oficial ser uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação, o *Brasil Paralelo* talvez seja hoje o principal aparelho privado de hegemonia difusor ideológico da extrema-direita. Com uma mídia virtual muito organizada e de vasto alcance, oferta cursos e formações numa perspectiva conspiratória, com defensores do terraplanismo e antivax. Entendemos ser fundamental para quem se disponibilizar a estudar “os porões” da extrema-direita contemporânea, estar atento à essa máquina de formação, ou melhor, de contra formação, já que o forte desta potente ferramenta de comunicação são as teorias conspiratórias.

Assim, a conclusão que apontamos é sobre a necessidade de que o campo crítico se debruce sobre os aparelhos privados de hegemonia contemporâneos das direitas, pois somente assim teremos armas suficientes para o melhor combate político, que não deve ser visto somente no âmbito da política geral, mas também na disputa interna da nossa profissão, em que cada vez mais profissionais são convencidas por projetos conservadores, culminando numa intervenção profissional que reforça elementos ideológicos que havíamos superado há décadas, mesmo que de maneira hegemônica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BIBLIOGRAFIA

ARCARY, V.; BENJAMIN, C.; DEMIER, F. (Org.). **O ovo da serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

BIANCHI, A. Revolução Passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. In: **Revista Outubro**: São Paulo, n. 28, p. 27-35. Abr. 2017.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In. **Serviço Social & Sociedade**: São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CALIL, G. Junho de 2023 como marco do avanço da direita: uma falácia insustentável. In: FREITAS, C.; BARROS, D.; DEMIER, F. (Orgs.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)**. São Paulo: Usina Editorial, 2023, p. 114-135.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COUTINHO, C. N. **Contra a Corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMIER, F. **Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

_____. **Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

FILIPPINI, M. Crise de Autoridade. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 161-162.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 3.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 5.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

IASI, M. L. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.